International Scientific Journal - ISSN: 1679-9844
Volume 21, Article nº 24 Continuous Publishing 2026
D.O.I: http://dx.doi.org/10.6020/1679-9844/v21a24
Accepted: 21/08/2026 Published: 23/11/2026

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NA PANDEMIA DE COVID-19: CONDIÇÕES DE OFERTA E BARREIRAS À PARTICIPAÇÃO EM UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO RIO DE JANEIRO

NON-FORMAL EDUCATION DURING THE COVID-19 PANDEMIC: PROVISION AND BARRIERS TO PARTICIPATION IN A CIVIL SOCIETY ORGANIZATION IN RIO DE JANEIRO

Patrick Muniz Ataliba (UNESA) [1], Jacqueline de Cassia Pinheiro Lima (IUPERJ) [2],

Resumo - Este artigo analisa, a partir de documentos institucionais, os desafios e as estratégias de adaptação das práticas de educação não formal desenvolvidas por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) durante a pandemia de covid-19, considerando as condições de manutenção do atendimento socioeducativo e as barreiras à participação em um território marcado por vulnerabilidade social. Trata-se de um estudo de caso qualitativo e exploratório sobre o Instituto Geração da Hora (IGH), situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O corpus compreende relatórios, atas e pautas de reuniões referentes às ações desenvolvidas entre 2020 e 2022, examinados mediante análise documental e temática. Foram identificados desafios institucionais e financeiros, adaptações das atividades e demandas sociais e psicossociais das famílias. Os registros descrevem a reorganização de atividades presenciais para o formato remoto e esforços para preservar vínculos com os usuários e os responsáveis, articulados ao apoio educativo, psicossocial e alimentar. Também relatam dificuldades de acesso a equipamentos e à internet, sobrecarga familiar, instabilidade dos repasses financeiros e agravamento das vulnerabilidades. A equipe multidisciplinar buscou responder às demandas por meio de acolhimento, encaminhamentos e articulação com a rede socioassistencial. Os documentos analisados não permitem aferir a aprendizagem ou a efetividade das estratégias. Conclui-se que a continuidade da oferta coexistiu com barreiras à participação. Ao distinguir essas dimensões, o estudo contribui para compreender possibilidades e limites da educação não formal em situações de crise, ressaltando sua articulação com políticas públicas de educação, assistência social e saúde.

Palavras-chave: Educação não formal; Organizações da sociedade civil; Pandemia de covid-19; Vulnerabilidade social.

Abstract - This article examines, through institutional documents, the challenges and adaptation strategies of non-formal education practices developed by a civil society organization (CSO) during the COVID-19 pandemic, considering the conditions for maintaining socioeducational services and barriers

[1] Doutor em Educação pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Membro do Grupo de Pesquisa MEDIAE: Memórias, direitos e acessos à educação formal e não-formal/CNPq.

[2] Doutora em Ciências Sociais, pelo IUPERJ, com Pós-Doutorado em História (UERJ) e Cognição e Linguagem (UENF). Professora do PPGE/UNESA, PGCL/UENF, UNIG, Graduação e Coordenação do PIBID/UNIFESO. Líder do Grupo de Pesquisa MEDIAE.

to participation in a socially vulnerable area. This qualitative, exploratory case study focuses on Instituto Geração da Hora (IGH), located in the West Zone of Rio de Janeiro, Brazil. The corpus comprises reports, meeting minutes, and meeting agendas concerning activities conducted between 2020 and 2022, examined through documentary and thematic analysis. The findings identify institutional and financial challenges, adaptations to activities, and families' social and psychosocial needs. The records describe the shift from in-person to remote activities and efforts to maintain ties with service users and their caregivers, alongside educational, psychosocial, and food support. They also report difficulties accessing devices and the internet, increased family burdens, unstable funding transfers, and worsening vulnerabilities. The multidisciplinary team sought to address these needs through supportive care, referrals, and coordination with the social assistance network. The documents analyzed do not allow participants' learning or the effectiveness of the strategies to be assessed. The study concludes that continued provision coexisted with barriers to participation. By distinguishing these dimensions, it contributes to understanding the possibilities and limitations of non-formal education in crisis situations and emphasizes the importance of coordination with public policies for education, social assistance, and health.

Keywords: Non-formal education; Civil society organizations; COVID-19 pandemic; Social vulnerability.

1 Introdução

A pandemia de covid-19 instaurou um cenário de profundas transformações no campo educacional brasileiro, impondo a suspensão das atividades presenciais e a adoção do Ensino Remoto Emergencial (ERE) na educação escolar, paralelamente à reorganização de ações educativas não formais. Essa reconfiguração das práticas educativas, decorrente das medidas de contenção do contágio, acentuou desigualdades historicamente presentes, dificultando o acesso à educação e agravando as condições enfrentadas por estudantes, educadores e famílias em situação de vulnerabilidade social (Gohn, 2020; Santos, 2020; Netto et al., 2021), o que também tornou relevante compreender as condições de continuidade das atividades desenvolvidas em espaços educativos não formais junto a esses grupos.

Diante das demandas sociais, econômicas e educacionais decorrentes da emergência sanitária, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenharam funções relevantes no atendimento às populações em situação de vulnerabilidade (Andion, 2020; Simão, 2022; Ataliba; Lima, 2025). Parte dessas organizações atua no campo da educação não formal (ENF), mediante práticas educativas intencionalmente organizadas em espaços distintos do sistema escolar (Gohn, 2020), e precisou reorganizar suas formas de atendimento para preservar essas ações diante das restrições sanitárias. A emergência sanitária exigiu adaptações nas metodologias de trabalho e nas práticas cotidianas, especialmente nas ações voltadas à proteção social e à educação. No âmbito educacional, a passagem de atividades presenciais para formatos remotos implicou rearticular estratégias pedagógicas para sustentar práticas da ENF em condições excepcionais (Ataliba, 2024; Ataliba; Lima, 2025).

Esse processo colocou em discussão tanto as possibilidades de reorganização das atividades socioeducativas quanto as condições institucionais e sociais necessárias à sua continuidade, especialmente diante das dificuldades de financiamento e dos limites das políticas públicas de proteção social (Ataliba, 2024). A manutenção das atividades, porém, não assegura, por si, que os participantes disponham de condições para acompanhá-las, tornando necessário distinguir a continuidade da oferta institucional das possibilidades concretas de participação nas ações propostas. Essa distinção adquire particular importância em contextos de vulnerabilidade social, nos quais as condições materiais, tecnológicas e familiares podem limitar o envolvimento dos participantes, mesmo quando as instituições conseguem reorganizar suas atividades.

Este estudo contextualiza-se em um cenário histórico caracterizado pela pandemia de covid-19 e pela necessidade de reorganização das ações da ENF desenvolvidas pelas OSCs (Andion, 2020;

Gohn, 2020). No caso do Instituto Geração da Hora (IGH), Ataliba e Lima (2025) analisaram o perfil da equipe multidisciplinar e os aprendizados registrados em sua atuação durante a emergência sanitária. O presente artigo retoma esse contexto institucional e documental, com ênfase nas relações entre as condições de financiamento, a reorganização das ações socioeducativas e as possibilidades de participação das famílias. Essa articulação permite problematizar a distância entre a continuidade da oferta institucional e as condições concretas de participação, explicitando os limites dessa resposta em um território marcado por vulnerabilidade social. A análise dialoga com os resultados apresentados no estudo anterior, buscando aprofundar a compreensão dessas relações a partir das evidências documentais examinadas.

A experiência do IGH, OSC com trajetória de atuação no bairro de Padre Miguel, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, oferece elementos para analisar essas dimensões em um caso concreto. A instituição desenvolve ações socioeducativas e socioassistenciais voltadas, entre outros públicos, a crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2020, 2021, 2022c). A investigação concentra-se nos desafios institucionais e financeiros enfrentados pela organização e nas estratégias adotadas para manter o atendimento durante a emergência sanitária, distinguindo a oferta de atividades das condições de participação identificadas nos registros institucionais.

A partir dessa problemática, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: quais desafios e estratégias de adaptação das práticas de educação não formal são identificados nos registros institucionais do IGH durante a pandemia de covid-19, considerando a manutenção do atendimento socioeducativo e as condições de participação das famílias?

Dentro desse cenário, este artigo retoma parte da investigação apresentada por Ataliba (2024) e tem por objetivo analisar, a partir de documentos institucionais, os desafios e as estratégias de adaptação das práticas da ENF desenvolvidas pelo IGH durante a pandemia de covid-19, considerando a continuidade da oferta e as condições de participação das famílias.

Especificamente, pretende: (a) examinar os desafios institucionais e financeiros enfrentados para a manutenção das ações socioeducativas; (b) discutir as estratégias de adaptação das práticas de ENF, considerando as demandas sociais e psicossociais registradas nos documentos; e (c) analisar as possibilidades e os limites das respostas institucionais, distinguindo a continuidade da oferta de atividades das condições de participação das famílias em um contexto de crise sanitária e vulnerabilidade social.

2 Organizações da Sociedade Civil e o contexto das políticas públicas brasileiras

As OSCs integram um campo heterogêneo e em constante transformação no cenário brasileiro, marcado por diferentes trajetórias associativas, formas de organização e relações com o Estado. Historicamente, uma vertente das organizações que passaram a ser reconhecidas como organizações não governamentais (ONGs) vinculou-se, durante o regime militar (1964–1985), a iniciativas de resistência, educação popular e defesa de direitos (Landim, 1993). Essa trajetória constitui uma referência para compreender parte do associativismo contemporâneo, cujas práticas educativas e formas de participação são discutidas por Gohn (2009, 2010, 2014, 2020).

Frente a esse percurso histórico, vale interrogar: de que modo as diferentes trajetórias das OSCs e suas relações com o Estado influenciam a promoção de direitos, a participação cidadã e a continuidade das ações desenvolvidas? Essa questão ganha relevância diante das transformações dos vínculos comunitários e das políticas de proteção social. A diversidade histórica dessas experiências

exige considerar as particularidades das organizações e dos contextos em que atuam, relacionando suas possibilidades de ação às condições sociais e institucionais em que estão inseridas.

Para examinar a diversidade dessas trajetórias, cabe considerar experiências do associativismo brasileiro vinculadas a setores da Igreja Católica e à Teologia da Libertação, que contribuíram para o desenvolvimento de práticas de educação popular, mobilização e defesa de direitos (Landim, 1993; Lima Neto, 2013; Medeiros, 2013). A análise da atuação do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) durante a ditadura militar, desenvolvida por Zachariadhes (2010), permite situar essas iniciativas nas disputas religiosas e políticas daquele período. O resgate histórico ajuda a compreender a pluralidade de orientações presentes no campo associativo e as diferentes relações estabelecidas com o poder público.

A consolidação das OSCs envolve diferentes trajetórias de organização, construção de identidades e reconhecimento público. Ao investigar os centros de assessoria e apoio aos movimentos populares que passaram a ser reconhecidos como ONGs, Landim (1993) demonstra que sua institucionalização esteve relacionada às práticas desenvolvidas, às redes de relações e às concepções de atuação de seus agentes. Durante o processo de institucionalização, a reduzida visibilidade institucional não correspondia necessariamente à ausência de identidade organizacional: relacionava-se também à valorização do trabalho de apoio a outros sujeitos coletivos, especialmente aos movimentos populares. Posteriormente, a afirmação de uma identidade comum e a busca por reconhecimento público passaram a integrar o processo de institucionalização dessas organizações. A trajetória descrita permite compreender esse processo como uma construção histórica, situada em relações sociais e políticas específicas.

A cooperação internacional, as relações com o poder público e as exigências de financiamento também constituem dimensões importantes desse processo. Ao analisar as ONGs de desenvolvimento, Tvedt (2002) propõe compreendê-las em um sistema de relações que envolve organizações, Estados, agências financiadoras e outros agentes da cooperação internacional. Numa perspectiva histórica, os recursos recebidos e as exigências dos financiadores influenciam a formalização organizacional, as práticas desenvolvidas e as margens de autonomia. Entretanto, essas relações assumem configurações distintas, nas quais também existem possibilidades de negociação e atuação das próprias organizações. A contribuição do autor consiste, assim, em situar o financiamento nas relações de poder e interdependência que atravessam o campo associativo.

Quanto às relações entre sustentabilidade financeira e autonomia institucional, sobressaem as contribuições de Montaño (2014), que interpreta criticamente as mudanças nas fontes de financiamento e nas relações das ONGs com o Estado e o setor empresarial. Para o autor, a necessidade de captar recursos pode condicionar a definição de objetivos, prioridades, prazos e projetos, interferindo na missão das organizações. Em sua interpretação, a reconfiguração dessas parcerias integra as transformações da intervenção social associadas ao projeto neoliberal. A cooperação internacional, contudo, já financiava organizações em décadas anteriores aos anos 1990; o processo discutido refere-se à alteração de suas prioridades e à busca de outras fontes de recursos.

A articulação desses referenciais oferece elementos para examinar tanto a ampliação da capacidade de atuação das OSCs quanto as condições em que suas ações são financiadas e desenvolvidas. No presente estudo, essa discussão orienta a análise das relações entre os recursos disponíveis, a continuidade do atendimento socioeducativo e as prioridades institucionais. Eventuais efeitos sobre a autonomia da organização devem ser examinados a partir das evidências do caso, considerando suas formas de negociação, suas escolhas e os limites registrados na execução das atividades.

Em relação à consolidação das OSCs e às suas fontes de financiamento, é necessário considerar também as transformações na provisão das políticas sociais. Retomando a interpretação de Montaño (2010, 2014), a expansão do terceiro setor deve ser examinada em relação às possibilidades

de transferência de responsabilidades estatais para organizações privadas e iniciativas da sociedade civil. Esse referencial oferece elementos para problematizar situações em que iniciativas focalizadas coexistem com o enfraquecimento da garantia de direitos universais. No presente estudo, essa discussão orienta o exame das condições de financiamento e da continuidade do atendimento socioeducativo, considerando que os efeitos das parcerias sobre a autonomia e a atuação institucional dependem de suas condições concretas de execução.

No plano normativo, as parcerias entre a administração pública e as OSCs são disciplinadas pela Lei nº 13.019/2014 (BRASIL, 2014), que institui o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e estabelece diretrizes para sua formalização, execução, monitoramento e prestação de contas. Embora esse marco normativo estabeleça mecanismos de transparência e controle, sua existência não elimina os desafios institucionais e financeiros enfrentados pelas OSCs, especialmente quanto à continuidade das ações socioeducativas em contextos de crise.

Além dos aspectos normativos, a análise das parcerias demanda o exame de suas finalidades, dos recursos disponíveis e das responsabilidades atribuídas a cada parte. A crítica de Montaño (2010, 2014) e as contribuições de Gohn (2020) sobre educação, participação e direitos oferecem referências para problematizar essas relações. Na análise do IGH, os registros de atrasos nos repasses e de dificuldades de acesso a serviços públicos são considerados evidências das condições institucionais de manutenção das ações. A interpretação dessas evidências permanece circunscrita ao caso e ao período investigados, considerando as particularidades da organização e de suas relações com a rede de proteção social.

Quanto à dimensão educativa, a participação dos usuários, a valorização dos saberes locais e a articulação com políticas públicas são assumidas como orientações para examinar as possibilidades e os limites das ações socioeducativas. A ENF possui finalidades próprias na formação para a cidadania e pode articular-se aos processos de escolarização, preservando a responsabilidade pública pela garantia do direito à educação (Gohn, 2020; Ataliba; Lima, 2025). A análise da atuação das OSCs considera, assim, tanto suas finalidades educativas quanto as condições institucionais necessárias à continuidade das ações.

3 Educação não formal: conceito, relevância e desafios

A ENF pode ser compreendida como um conjunto de práticas educativas intencionalmente organizadas, que se desenvolvem para além dos percursos escolares de currículo e certificação, em espaços como organizações religiosas, museus, escolas de samba, associações de moradores, partidos políticos, ambientes de trabalho, escolinhas esportivas e OSCs, entre outros (Gohn, 2009, 2010, 2014, 2020; Jacobucci, 2008; Libâneo, 2010; Trilla; Ghanem, 2008). Sua caracterização não depende apenas do local em que ocorre, mas também das finalidades formativas e da organização das atividades. Essa concepção amplia o campo de reflexão sobre a formação humana ao reconhecer múltiplos territórios e práticas formativas para além da escola tradicional.

Em relação à educação formal, organizada em currículos e processos de certificação institucionalizados, a ENF tende a apresentar maior flexibilidade de tempo, espaço e metodologias, permitindo a adaptação dos conteúdos às necessidades e aos interesses dos participantes (Libâneo, 2010; Trilla; Ghanem, 2008). Essa flexibilidade pode favorecer respostas às demandas das comunidades e oferecer oportunidades de aprendizagem que dialoguem com a realidade cotidiana dos usuários envolvidos. Tais possibilidades não dispensam planejamento e mediação pedagógica, nem asseguram, por si só, práticas participativas ou emancipatórias.

Conforme Gohn (2020, p. 12), a ENF deve ser compreendida como “um processo sociopolítico,

cultural e pedagógico de formação para a cidadania", orientado por intencionalidades explícitas e escolhas políticas relacionadas às condições históricas e coletivas de cada grupo. O caráter intencional desses processos fundamenta sua distinção em relação às aprendizagens informais dos processos cotidianos de socialização. Ao afirmar que a educação não formal "[...] é conquista, é direito social de todos(as)" (Gohn, 2020, p. 12), a autora também ressalta sua dimensão de direito. Para fins deste estudo, a análise concentra-se nas atividades socioeducativas com finalidade formativa identificável nos documentos institucionais, distinguindo-as das ações socioassistenciais e administrativas. Essa distinção analítica não desconsidera a articulação entre essas ações nem sua importância para a manutenção das atividades educativas.

No plano internacional, o debate conceitual sobre a ENF já integrava, em 1978, um dossiê da revista Perspectivas, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A contribuição de Grandstaff (1978), dedicada à ENF como conceito, permite situar essa discussão antes da ampliação de sua visibilidade no Brasil nas décadas seguintes. Esse antecedente histórico ajuda a contextualizar o debate sobre a diversidade dos processos formativos e suas relações com a educação escolar.

No contexto brasileiro, Gohn (2020) relaciona a ampliação do reconhecimento acadêmico e institucional da ENF à difusão do conceito e à sua incorporação à formação de educadores, especialmente a partir do final dos anos 1990. Esse reconhecimento não deve ser confundido com o início das práticas educativas desenvolvidas fora do sistema escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), em seu art. 1º, reconhece processos formativos realizados não apenas em instituições de ensino, mas também em movimentos sociais, organizações da sociedade civil e manifestações culturais. Embora o § 1º delimite seu objeto à educação escolar, essa concepção abrangente oferece uma referência para compreender a educação como um processo que ultrapassa os muros da unidade escolar. O reconhecimento dessa abrangência não elimina, contudo, os desafios de valorização institucional das práticas ENF.

Libâneo (2010), Trilla e Ghanem (2008) e Gohn (2009, 2010, 2014, 2020) oferecem referências para compreender o papel da ENF na articulação entre diferentes espaços formativos, na integração de saberes e na participação cidadã, inclusive em contextos de vulnerabilidade e exclusão social. Esse potencial, entretanto, deve ser examinado em relação às condições de planejamento, continuidade e participação, bem como à articulação com políticas públicas. No presente estudo, essas dimensões orientam a análise das possibilidades e dos limites das ações educativas, sem pressupor a qualidade das aprendizagens apenas pela natureza não formal das atividades.

Em diálogo com essa discussão, a perspectiva de Freire (1967) permite compreender a prática educativa como atravessada por valores e projetos, cabendo ao educador assumir uma postura crítica, dialógica e comprometida com a transformação social. A ENF pode adquirir caráter emancipatório quando orientada por princípios de justiça social, participação ativa dos sujeitos e respeito à pluralidade dos saberes populares e comunitários. Esse caráter constitui uma orientação para a análise das práticas, cuja concretização precisa ser examinada em suas condições específicas.

No contexto da pandemia, a ENF adquiriu especial relevância ao ser mobilizada para a continuidade de processos formativos em meio à interrupção das atividades presenciais, ao isolamento social e ao agravamento das vulnerabilidades (Ataliba; Lima, 2025). No caso do IGH, o exame das adaptações registradas entre 2020 e 2022 exige distinguir a continuidade da oferta institucional das condições concretas de participação das famílias. A existência de atividades propostas não permite, por si só, aferir a aprendizagem dos participantes ou a efetividade das estratégias implementadas. O fortalecimento dessas práticas depende, porém, da valorização institucional, da articulação com as redes de proteção social e da construção de estratégias coletivas que favoreçam a garantia de direitos e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social.

4 O Instituto Geração da Hora: histórico, atuação e estrutura organizacional

Para contextualizar as ações socioeducativas analisadas neste estudo, cabe apresentar a trajetória do Instituto Geração da Hora. O IGH teve origem, no início dos anos 2000, em encontros entre jovens, estudantes universitários e profissionais de diferentes áreas, o que conferiu diversidade à sua constituição. Buscava-se criar um espaço para discutir os principais problemas vivenciados por jovens e seus familiares ou responsáveis naquele período (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2005).

Os registros institucionais situam sua fundação informal em 22 de setembro de 2003, com registro oficial em 8 de abril de 2005 (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2005). Inicialmente, a sede funcionou na casa do diretor executivo, em Bangu, até janeiro de 2007 (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2007), quando foi alugado um espaço no mesmo bairro, onde permaneceu até junho de 2021. Naquele mês, a sede foi transferida para um novo local, em Padre Miguel, onde se encontrava no período descrito pelos documentos de 2022 (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022a).

O Estatuto Social de 2022 descreve a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais voltados para o atendimento integral a crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, pessoas com deficiência, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022a). Essa abrangência estatutária caracteriza as finalidades institucionais; no presente estudo, a análise concentra-se nas práticas de ENF e nas condições de manutenção do atendimento socioeducativo identificáveis nos registros.

A atuação socioassistencial descrita nos documentos tem como referência o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.435/2011 (BRASIL, 1993, 2011). Na descrição da estrutura organizacional do IGH, são mencionados a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética. À Diretoria Executiva cabe a administração do instituto; ao Conselho Fiscal, a fiscalização financeira; e ao Conselho de Ética, a apuração de infrações aos princípios da entidade, conforme as atribuições descritas no Estatuto Social (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022a).

A Diretoria Executiva é descrita como composta por três membros: diretor executivo, secretário-geral e diretor financeiro. O perfil da gestão apresentado nos documentos indica formação predominantemente na área da educação. A equipe técnica reúne profissionais de diferentes áreas, aos quais são atribuídas as atividades de planejamento, elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022a). Os registros de 2020 a 2022 descrevem uma equipe multidisciplinar que incluía profissionais de Pedagogia, Psicopedagogia, Serviço Social, Psicologia e Administração, além de profissionais com formação no curso normal em nível médio, evidenciando a diversidade de formações registrada no período (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2020, 2021, 2022c).

Os documentos institucionais também registram o desenvolvimento de serviços por meio de contratos, convênios e termos de parceria e de fomento com órgãos públicos municipais, estaduais e federais e com instituições privadas. Parte desses instrumentos destinava-se diretamente ao atendimento de crianças e adolescentes, compondo as condições de financiamento das ações desenvolvidas pelo IGH (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022b).

A vinculação de parte das ações da OSC a essas parcerias exige considerar as condições de celebração, vigência e execução dos instrumentos de financiamento. A continuidade dessas atividades pode depender da manutenção dos ajustes e da regularidade dos repasses, o que ultrapassa os aspectos administrativos ou operacionais e envolve a sustentação institucional. Essa relação orienta a análise dos registros de atrasos nos repasses e de suas possíveis implicações para a manutenção do atendimento socioeducativo. As instabilidades do cenário político e econômico constituem elementos

de contextualização, cujos efeitos sobre o caso devem ser examinados a partir das evidências documentais do período investigado.

5 Percurso Metodológico

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, delineamento documental (Cellard, 2010) e caráter exploratório, desenvolvendo-se como estudo de caso (Yin, 2015). O caso investigado é o Instituto Geração da Hora, OSC cuja atuação se situa na interface entre educação não formal e a assistência social, com atenção ao atendimento de populações em situação de vulnerabilidade. A investigação focaliza as condições de manutenção das ações socioeducativas durante a pandemia de covid-19, conforme registradas nos documentos institucionais. A escolha do IGH justifica-se pela possibilidade de examinar, em um caso delimitado, as relações entre reorganização das atividades, condições de financiamento e participação dos usuários durante a pandemia. A documentação institucional permite investigar essas dimensões a partir dos registros produzidos pela organização, respeitados os limites dessa perspectiva.

O corpus da pesquisa é composto por documentos institucionais e oficiais disponibilizados pelo IGH mediante autorização institucional, complementados por informações de sua página oficial e de portais de transparência pertinentes ao objeto. O levantamento foi realizado entre 2020 e 2022 e reuniu um conjunto de documentos. A seleção considerou a pertinência dos documentos às práticas de educação não formal e às condições institucionais, financeiras e sociais de manutenção do atendimento socioeducativo. Os registros de 2020, 2021 e 2022 constituem o núcleo da análise, enquanto documentos de outros períodos contribuem para contextualizar a trajetória, a organização e as parcerias do IGH. O Quadro 1 identifica as fontes, distinguindo os documentos centrais dos materiais de contextualização.

Quadro 1 – Composição do corpus documental analisado.

Conjunto documental	Itens incluídos
Documentos constitutivos e organizacionais	Atas de assembleias e versões do Estatuto Social.
Planejamento e funcionamento	Projetos pedagógicos, planos de ação, regulamentos internos e registros administrativos.
Execução e acompanhamento	Relatórios de atividades e Relatórios de Cumprimento do Objeto referentes a 2020, 2021 e 2022.
Instrumentos de parceria	Projetos Básicos dos Termos de Colaboração n.º 462/2016 e n.º 154/2018, vinculados aos projetos “Diversão & Arte” e “Primeiros Passos”.
Fontes públicas complementares	Site oficial da instituição e portais de transparência.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no corpus da pesquisa.

Os documentos constitutivos e organizacionais foram utilizados para contextualizar a trajetória, as finalidades e a estrutura institucional do IGH. Os materiais de planejamento e funcionamento permitiram identificar os objetivos das ações, os públicos previstos e as formas de organização do atendimento. Os relatórios de execução e acompanhamento subsidiaram o exame das ações relatadas, de suas adaptações e das dificuldades registradas em 2020-2022. Os instrumentos de parceria situaram as metas pactuadas, as responsabilidades institucionais e as condições previstas para os projetos,

enquanto as fontes públicas complementares contribuíram para a contextualização das informações institucionais pertinentes ao objeto.

Foram excluídos materiais sem contribuição para o objeto investigado, assim como documentos de outros períodos que não contribuíam para a contextualização institucional. Registros financeiros, administrativos e socioassistenciais foram considerados pertinentes quando relacionados às condições de sustentação do atendimento socioeducativo.

Os documentos dão acesso às ações e às dificuldades segundo a perspectiva institucional e as finalidades que orientaram seu registro. Na análise documental, foram considerados a autoria, a finalidade, os destinatários e o contexto de produção das fontes. Os relatórios foram examinados também como documentos de acompanhamento e prestação de contas, cuja seleção de informações expressa a perspectiva institucional. As afirmações sobre continuidade do atendimento e dificuldades de execução foram interpretadas em relação a essas finalidades, sem tomar os registros como descrição neutra ou exaustiva das experiências dos participantes.

A análise dos dados foi conduzida de modo qualitativo, com base nos aportes da análise documental (Cellard, 2010) e nos princípios da análise de conteúdo temático de Turato (2013). O processo analítico envolveu leitura exaustiva do material, codificação inicial, organização dos dados em fichamentos analíticos digitais e interpretação dos achados em diálogo com o referencial teórico.

A análise foi desenvolvida de forma exploratória e integrada, considerando a complexidade e a especificidade dos materiais. Os objetivos orientaram a identificação dos assuntos pertinentes à investigação, sem determinar automaticamente os temas finais. Os eixos relativos ao financiamento, à adaptação das atividades e às possibilidades de participação delimitaram as questões dirigidas ao corpus. A organização temática considerou as relações entre esses eixos e os sentidos identificados nos documentos, preservando a possibilidade de diferenciação entre desafios institucionais, financeiros, educacionais e psicossociais.

Foram consideradas unidades de análise os trechos documentais referentes às ações socioeducativas e às condições de sua manutenção. A codificação reuniu trechos com sentidos relacionados, posteriormente organizados em temas que articulam desafios institucionais, financeiros, educacionais e psicossociais. Essa organização foi interpretada em diálogo com o referencial teórico, mantendo a distinção entre as informações registradas nas fontes e a análise dos pesquisadores.

A codificação foi realizada manualmente pelos pesquisadores, com apoio de planilhas eletrônicas e fichamentos analíticos digitais para organizar trechos, códigos e temas. Esses instrumentos auxiliaram a sistematização do material e a articulação entre as informações documentais e a interpretação dos achados. A diretoria executiva e a equipe multidisciplinar do IGH participaram da produção dos registros institucionais consultados, enquanto a leitura, a codificação e a interpretação desses documentos para a pesquisa foram conduzidas pelos pesquisadores.

A abordagem documental limita o acesso direto às experiências e às percepções dos usuários e dos membros da equipe técnica, conhecidas neste estudo apenas quando registradas e mediadas pelas fontes institucionais. O material permite examinar ações relatadas e condições de sua execução, mas não aferir diretamente a aprendizagem dos participantes ou a efetividade das estratégias.

O acesso aos documentos institucionais ocorreu mediante autorização do IGH, com utilização de fontes públicas complementares pertinentes ao objeto. Neste artigo, a caracterização dos usuários é apresentada por meio de dados agregados de idade e sexo, sem identificação nominal. Essa forma de apresentação delimita a divulgação das informações individuais no texto.

Quanto ao tratamento ético, o estudo foi conduzido de acordo com os princípios estabelecidos pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL. Conselho Nacional de Saúde, 2016). Foram utilizados documentos institucionais disponibilizados mediante autorização do IGH. As informações referentes aos usuários já se encontravam agregadas nas fontes

consultadas, sem possibilidade de identificação individual. Nessas condições, a pesquisa enquadra-se na hipótese prevista no art. 1º, parágrafo único, inciso V, da referida resolução, não estando sujeita a registro e avaliação pelo sistema CEP/Conep.

Os pesquisadores não mantiveram vínculo com o IGH durante o período investigado (2020-2022), o levantamento documental ou a análise.

6 Resultados

Os resultados são apresentados e discutidos em diálogo com os referenciais teóricos do estudo, buscando compreender as respostas institucionais registradas pelo IGH diante das múltiplas implicações da pandemia de covid-19. A exposição articula o perfil dos projetos e do público atendido, as condições institucionais de manutenção das ações, as demandas sociais e psicossociais, a participação dos responsáveis e o acesso à rede de saúde e proteção social.

6.1 Perfil dos projetos e público atendido durante a pandemia

Os Relatórios de Cumprimento do Objeto do IGH de 2020, 2021 e 2022 registram a atuação de dois projetos principais: “Diversão & Arte” e “Primeiros Passos”. O primeiro contou com financiamento da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) do Governo do Estado do Rio de Janeiro. O segundo foi financiado com recursos do Fundo Municipal para Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMADCA), destinados mediante deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CMDCA-Rio), por meio de parceria formalizada com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A documentação descreve adaptações para o formato remoto e o acompanhamento socioassistencial. Os dados de perfil sistematizados para o período de 2020 a 2022 reúnem 110 registros de usuários com idades entre 6 e 18 anos. O material analisado detalha os critérios de elegibilidade para participação, contemplando múltiplas situações de vulnerabilidade social, como distorção idade-série, situação de rua ou abandono, deficiência, risco social, cumprimento de medidas socioeducativas não restritivas de liberdade, dependência química, pertencimento a famílias cadastradas em programas sociais, famílias monoparentais, contextos de violência, exploração sexual e situações de risco ampliadas por condições de saúde, como doenças crônicas, vírus da imunodeficiência humana (HIV) ou câncer.

O conjunto utilizado para a caracterização do público compreende 110 registros referentes ao período de 2020 a 2022 (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2020, 2021, 2022c). Esse total constitui a base da distribuição por idade e sexo apresentada na Tabela 1. A caracterização do público e a participação nas atividades remotas são dimensões distintas: a presença de um usuário nos registros institucionais não permite, isoladamente, estabelecer sua frequência ou seu envolvimento nas ações propostas. Por isso, o quantitativo é examinado como conjunto de registros sistematizados, sem equipará-lo automaticamente a pessoas distintas acompanhadas continuamente durante todo o triênio.

Esses critérios de inclusão dialogam com a literatura que reconhece o papel das OSCs na promoção de cidadania e na garantia de direitos em contextos de vulnerabilidade (Gohn, 2020), ao indicarem a intenção de priorizar sujeitos historicamente marginalizados e ampliar oportunidades de participação em práticas de ENF. Também há registros de encaminhamentos de órgãos públicos, como Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, hospitais e escolas públicas, que permitem discutir as relações do IGH com a rede de proteção social. A previsão desses critérios descreve o pú-

blico elegível; sua presença nos documentos não significa que todas as situações mencionadas tenham sido identificadas entre os 110 registros.

Quanto ao perfil descrito na Tabela 1, registram-se 56 usuários do sexo masculino (50,91

A distribuição etária reúne 50 registros entre 6 e 11 anos (45,45

Os dados sistematizados sobre o vínculo escolar indicam a predominância da rede pública entre os registros analisados, com menções também à rede privada e a escolas comunitárias. Essa distribuição caracteriza a inserção escolar do público atendido, sem permitir inferir a qualidade do acesso às atividades remotas ou as condições de aprendizagem.

A interpretação desse perfil requer distinguir o vínculo com a escola das condições materiais de participação nas propostas do IGH. A matrícula escolar, isoladamente, não informa a disponibilidade de equipamentos, de conexão à internet ou de acompanhamento familiar. Essas condições são examinadas a partir dos relatos institucionais de dificuldades e de adaptação do atendimento apresentados a seguir.

Tabela 1 – Distribuição dos registros sistematizados, por idade e sexo.

Idade	Masculino (n)	Masculino (% do total)	Feminino (n)	Feminino (% do total)	Total (n)	Total (%)
06	3	2,73%	2	1,82%	5	4,55%
07	5	4,55%	8	7,27%	13	11,82%
08	4	3,64%	3	2,73%	7	6,36%
09	2	1,82%	5	4,55%	7	6,36%
10	5	4,55%	4	3,64%	9	8,18%
11	2	1,82%	7	6,36%	9	8,18%
12	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
13	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
14	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
15	10	9,09%	9	8,18%	19	17,27%
16	13	11,82%	7	6,36%	20	18,18%
17	8	7,27%	7	6,36%	15	13,64%
18	4	3,64%	2	1,82%	6	5,45%
Total	56	50,91%	54	49,09%	110	100,00%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos Relatórios de Cumprimento do Objeto do IGH (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2020, 2021, 2022c).

Além dos dados quantitativos, os relatórios registram o acompanhamento das famílias e a identificação de demandas relacionadas à alimentação, à saúde e ao suporte psicossocial, compondo uma perspectiva de atendimento que ultrapassa a dimensão estritamente escolar.

Essas informações registram ações de apoio socioeducativo e proteção social e permitem discutir os esforços de manutenção de vínculos em contextos de crise, em diálogo com o referencial teórico sobre a atuação das OSCs em territórios marcados por exclusão (Gohn, 2020; Libâneo, 2010).

Nos projetos “Diversão & Arte” e “Primeiros Passos”, a reorganização para o formato remoto é descrita como estratégia de continuidade do atendimento socioeducativo. A mudança de formato alterou as condições de realização das propostas e passou a depender também dos recursos disponíveis nos domicílios e do acompanhamento dos responsáveis. A análise dessas adaptações precisa, portanto, relacionar a oferta institucional às possibilidades concretas de participação, sem pressupor que uma única modalidade de atendimento tenha permanecido durante todo o período de 2020 a 2022.

A caracterização das práticas socioeducativas exige considerar suas finalidades formativas, os conteúdos trabalhados e a mediação dos profissionais. A referência à continuidade dos projetos e à adoção do formato remoto situa uma resposta institucional à crise, mas não equivale, por si, à descrição desses elementos. Nesta análise, os registros são examinados principalmente quanto às condições de manutenção do atendimento e às barreiras de participação relatadas pela instituição.

O acompanhamento das famílias e os apoios alimentar e psicossocial integram as condições de sustentação do atendimento. Esses apoios precisam ser relacionados às propostas de ENF, preservando a distinção entre o suporte à permanência dos usuários e a intencionalidade educativa das atividades. A coexistência de ações de apoio e de propostas remotas permite discutir os esforços de continuidade institucional, sem demonstrar automaticamente a participação efetiva ou a aprendizagem dos usuários.

Com essa caracterização dos projetos, do público atendido e das demandas registradas, a análise passa aos desafios institucionais enfrentados no período.

6.2 Desafios institucionais e financeiros durante a pandemia

Os Relatórios de Cumprimento do Objeto do IGH registram desafios institucionais e financeiros enfrentados pela organização no contexto da pandemia. Entre os obstáculos descritos, destacam-se a reorganização de atividades presenciais para o formato remoto, a instabilidade no repasse de recursos públicos e a busca por estratégias de adaptação e manutenção dos serviços ofertados.

No relatório de 2020, o IGH informa ter mantido a oferta diária de lanche e colação aos usuários, mesmo diante de atrasos recorrentes no pagamento das parcelas dos termos de colaboração (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2020). Esse registro identifica a oferta de apoio alimentar no relatório de 2020; sua relação temporal com as adaptações das atividades educativas depende da delimitação do período descrito. A frequência diária refere-se à alimentação e não pode ser estendida automaticamente às atividades educativas ou a todo o triênio. A manutenção desse apoio também não permite concluir que as propostas pedagógicas tenham permanecido presenciais.

Em 2021, os relatórios relacionam o descumprimento do cronograma de desembolso financeiro pelos parceiros públicos a dificuldades na execução das ações. O IGH atribuiu prejuízos na execução das ações destinadas aos usuários a atrasos no desembolso da FIA e registrou que a diretoria executiva buscava resolver os entraves por meios próprios (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2021). Esse registro permite discutir como a disponibilidade dos recursos interferiu nas condições de manutenção do atendimento, a partir da avaliação apresentada pela organização.

No relatório de 2022, a instituição descreve a continuidade das ações e a realização de modificações consideradas necessárias ao cumprimento do Plano de Trabalho (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022c). Lido em sequência ao registro de 2021, esse relato indica esforços de adequação às condições de execução. A referência à manutenção das metas expressa a avaliação institucional e precisa ser diferenciada da verificação independente de seu cumprimento e dos resultados educativos alcançados.

A sequência dos registros de 2020, 2021 e 2022 mostra que o apoio às necessidades dos usuários e a reorganização institucional foram apresentados em associação com restrições financeiras e operacionais. A continuidade da oferta dependeu, segundo os relatos, de adequações realizadas pela equipe e pela gestão. As informações permitem examinar as respostas descritas pela organização, preservando a distinção entre os esforços de manutenção, o cumprimento de metas e a efetividade das estratégias.

Essa situação pode ser discutida em diálogo com a literatura sobre as condições de financiamento das OSCs e os limites associados à dependência de recursos públicos, especialmente em

períodos de crise (Gohn, 2020; Schwarz; Acco, 2019). A interpretação permanece circunscrita às condições registradas no caso investigado.

6.3 Desafios sociais e psicossociais

A análise dos documentos institucionais do IGH descreve o agravamento de dificuldades sociais e psicossociais vivenciadas pelas famílias atendidas durante a pandemia de covid-19. Os relatórios mencionam a insegurança alimentar, o desemprego, as dificuldades habitacionais e o sofrimento emocional dos usuários e de seus familiares. No relatório de 2021, a instituição relacionou a crise sanitária ao agravamento da vulnerabilidade das famílias e à ampliação das demandas por apoio alimentar, acolhimento e acompanhamento psicossocial (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2021).

A sobrecarga dos responsáveis também aparece associada às dificuldades de participação nas atividades educativas remotas. O relatório de 2022 registra relatos de exaustão diante do acúmulo de tarefas no ambiente doméstico e da necessidade de acompanhar as crianças e os adolescentes nas atividades. A falta de acesso à internet foi igualmente indicada como obstáculo ao acompanhamento das propostas educativas (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022c).

Os registros da equipe multidisciplinar mencionam manifestações de ansiedade, irritabilidade, tristeza e desmotivação entre crianças e adolescentes durante o isolamento social. Em uma pauta de reunião de 2021, a equipe associou essas manifestações a mudanças no comportamento e a dificuldades de participação nas atividades remotas (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2021). Trata-se da percepção registrada pela equipe, que permite examinar as demandas identificadas no acompanhamento institucional.

Também foram registradas situações descritas como violência doméstica e negligência. Segundo o relatório de 2022, determinados atendimentos demandaram encaminhamentos urgentes ao Conselho Tutelar e a serviços especializados, mobilizando a articulação com a rede de proteção (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022c).

Essas informações permitem discutir a relação entre as condições materiais das famílias, as demandas de cuidado e as possibilidades de manutenção do atendimento socioeducativo. Em diálogo com Gohn (2020), o caso pode ser interpretado considerando os efeitos desiguais da pandemia em contextos de vulnerabilidade. As dificuldades descritas são compreendidas a partir da perspectiva institucional das fontes, sem presumir que os registros expressem integralmente as experiências das famílias ou permitam dimensionar a frequência e a intensidade de todas as situações relatadas.

Diante dessas adversidades, os relatórios descrevem esforços da equipe para manter o acolhimento, a escuta qualificada e os encaminhamentos a serviços parceiros. A combinação desses apoios com o acompanhamento socioeducativo permite examinar como necessidades sociais e psicossociais atravessaram as condições de realização das atividades. Os registros indicam respostas institucionais às dificuldades identificadas, sem constituírem, por si sós, demonstração da resolução dessas demandas ou da efetividade dos atendimentos.

6.4 Participação dos responsáveis

Os documentos institucionais do IGH descrevem dificuldades de participação de pais e responsáveis nas atividades educativas remotas durante a pandemia. Entre os fatores associados a essa limitação estavam o acesso limitado a recursos tecnológicos, a baixa familiaridade com plataformas digitais e a sobrecarga cotidiana relacionada ao trabalho informal, à busca de renda e às tarefas de cuidado no ambiente doméstico.

O relatório de 2022 relaciona o acúmulo de funções domésticas e a necessidade de buscar alternativas de renda à menor disponibilidade dos responsáveis para apoiar as crianças nas atividades remotas (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022c). A participação familiar aparece, assim, vinculada a condições materiais e à organização cotidiana do cuidado, além da disponibilidade de equipamentos e de conexão à internet.

Essa realidade exige problematizar modelos idealizados de acompanhamento das propostas educativas pelos responsáveis. Sua interpretação não permite estabelecer um padrão homogêneo de participação entre os projetos, as atividades e os diferentes momentos da pandemia. Também não equivale a uma medida da frequência dos usuários ou do envolvimento de todas as famílias atendidas. A análise concentra-se nas dificuldades descritas pela instituição e nas relações entre as condições de realização das atividades e as condições familiares registradas.

Os registros do caso permitem problematizar expectativas de envolvimento familiar que desconsiderem as condições de acesso, de trabalho e de cuidado dos responsáveis. A discussão de Gohn (2020) sobre os efeitos desiguais da pandemia oferece elementos para interpretar essas limitações. A partir desse diálogo, o presente estudo considera que expectativas de acompanhamento contínuo podem favorecer a responsabilização individual das famílias quando as dificuldades materiais e a disponibilidade dos responsáveis não são consideradas na organização das atividades.

A compreensão ampliada das práticas educativas discutida por Libâneo (2010) permite situar as relações entre instituição, famílias e comunidade no campo da formação humana. No caso do IGH, os desafios de participação precisam ser examinados em relação às condições sociais e materiais descritas nos documentos, evitando atribuir as dificuldades exclusivamente à disposição dos responsáveis. Essa interpretação permanece limitada à perspectiva registrada pela instituição, pois o estudo não acessou diretamente as experiências e as percepções das famílias.

Os relatórios descrevem esforços do IGH para manter vínculos com os responsáveis e, simultaneamente, dificuldades de participação nas atividades remotas. A coexistência desses registros permite distinguir a continuidade da oferta institucional das condições efetivas de acompanhamento das propostas. As barreiras materiais e a sobrecarga familiar precisam ser consideradas nessa análise, sem atribuir as dificuldades de participação, por si sós, à inadequação das estratégias pedagógicas. A pertinência de práticas constitui uma orientação do referencial adotado para interpretar o problema e formular possibilidades de intervenção, e não um efeito diretamente demonstrado pela documentação (Gohn, 2014, 2020; Trilla; Ghanem, 2008).

A análise sugere a pertinência de estratégias de escuta e engajamento comunitário que considerem os contextos concretos de vida e os saberes dos participantes. Essa proposição dialoga com a compreensão da educação não formal como formação para a cidadania e com a valorização dos processos participativos em Gohn (2020). A documentação permite formular essa orientação para o planejamento institucional; a avaliação de sua adequação às famílias e de seus efeitos sobre a participação exige ampliar as fontes e incorporar as perspectivas dos sujeitos atendidos.

6.5 Desafios de acesso à saúde e ao apoio psicossocial

Além das demandas sociais e emocionais apresentadas anteriormente, os documentos do IGH registram dificuldades de acesso a acompanhamento de saúde física e mental. Há registros de condições crônicas sem tratamento e demandas por atendimento psicológico entre crianças, adolescentes e seus familiares e cuidadores. Essas informações permitem examinar necessidades identificadas no acompanhamento institucional, sem dimensionar sua prevalência entre todos os usuários.

Em 2021, a instituição registrou a necessidade de encaminhamentos para acompanhamento psicológico, relacionando-a a relatos de ansiedade, tristeza e insônia durante o isolamento social (INS-

TITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2021). Já em 2022, os registros indicam que alguns usuários permaneceram sem acompanhamento, apesar das orientações e dos encaminhamentos realizados, em razão da falta de vagas e das dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde. A equipe descreveu atendimentos individuais de escuta ativa, orientações relacionadas ao cuidado em saúde mental e encaminhamentos aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e às unidades de saúde (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2022c).

As dificuldades relatadas permitem discutir os limites das respostas institucionais diante de demandas que dependiam também do acesso a outros serviços. A crítica de Montaño (2014) à transferência para entidades privadas, ainda que sem fins lucrativos, oferece uma referência para problematizar a sobrecarga das OSCs. No caso do IGH, essa discussão orienta o exame das restrições materiais e humanas e das dificuldades de acesso à rede pública descritas nos documentos, sem tomar o caso como comprovação de um processo geral de substituição das responsabilidades estatais.

O material analisado permite identificar dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde durante a pandemia, mas não é suficiente, por si só, para caracterizar a cobertura territorial do Sistema Único de Saúde (SUS). Os registros descrevem o apoio imediato oferecido pelo IGH às famílias e permitem discutir os limites dessa resposta para sustentar ações de longo prazo ou de caráter preventivo. A existência de encaminhamentos também precisa ser distinguida do acesso efetivo ao serviço e da continuidade do acompanhamento.

À luz das contribuições de Gohn (2020), o estudo compreende a atuação das OSCs em articulação com as políticas públicas, preservando-se a responsabilidade do Estado pela garantia de direitos. Os registros do IGH descrevem respostas às demandas emocionais e de saúde dos usuários, assim como dificuldades de acesso a serviços e de articulação com a rede de proteção. Esses elementos permitem examinar os esforços e os limites institucionais, sem aferir diretamente a efetividade dos atendimentos realizados.

A partir dessas informações, o estudo sustenta a importância de articular o apoio às demandas de saúde mental a uma rede de proteção social que envolva as políticas públicas de saúde e assistência social. Trata-se de uma orientação derivada da discussão do caso e do referencial adotado, que reconhece os limites da resposta de uma organização isolada diante das necessidades registradas.

Ainda nessa discussão, a análise conjunta dos resultados indica que a continuidade da oferta socioeducativa coexistiu com restrições financeiras, dificuldades de acesso a recursos tecnológicos, sobrecarga familiar e obstáculos à utilização de serviços públicos (INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA, 2020, 2021, 2022c). A distinção entre manter as ações disponíveis e reunir condições para participar delas constitui o eixo de interpretação do caso. Esse enfoque permite discutir possibilidades e limites da atuação institucional durante a crise, sem equiparar a existência de iniciativas à comprovação de aprendizagem ou de efetividade.

7 Conclusão

A análise documental do caso do IGH mostrou que a instituição reorganizou suas ações para manter o atendimento socioeducativo a crianças, adolescentes e suas famílias durante a pandemia de covid-19, com adaptações documentadas para o formato remoto. Esse esforço ocorreu em meio a desafios institucionais, financeiros e sociais que marcaram as estratégias e as condições de adaptação para a realização das práticas de educação não formal. As conclusões referem-se às respostas e às dificuldades registradas pela própria instituição nos documentos de 2020, 2021 e 2022.

Diante dos dados documentais, identificaram-se limitações relacionadas ao financiamento, à disponibilidade de recursos vinculados a parcerias e à articulação com políticas públicas e serviços

essenciais. A experiência do IGH oferece elementos para discutir o papel das OSCs como espaços de apoio em contextos de crise e os limites de suas respostas diante das necessidades dos usuários. Esses achados ressaltam a importância da articulação com as políticas públicas de educação, assistência social e saúde, preservando a responsabilidade do poder público pela garantia de direitos.

Os resultados indicam que a continuidade da oferta institucional coexistiu com dificuldades de acesso a recursos tecnológicos, sobrecarga familiar e obstáculos à participação nas atividades propostas. As adaptações para o formato remoto precisam, portanto, ser compreendidas em relação às condições materiais dos usuários, à disponibilidade dos responsáveis e ao acesso à rede de proteção social. A experiência documentada evidencia a capacidade de reorganização institucional e os limites dessa resposta diante das desigualdades que restringiram o acesso e a participação dos usuários. Assim, a manutenção das ações não corresponde necessariamente à participação efetiva. Ao distinguir a continuidade da oferta das condições concretas de participação, o estudo contribui para a análise crítica da educação não formal em contextos de crise.

A sistematização do corpus possibilitou descrever as respostas institucionais do IGH e analisar as condições de manutenção do atendimento socioeducativo durante a pandemia, considerando as relações entre financiamento, reorganização das ações e barreiras à participação. A contribuição do estudo consiste em compreender essas relações a partir de uma experiência institucional situada no período de 2020 a 2022. O delineamento exclusivamente documental circunscreveu a análise à perspectiva registrada nas fontes, por meio das quais foram conhecidas as experiências e as percepções dos usuários e da equipe técnica. Nesse recorte, os achados permitem discutir as estratégias relatadas e suas condições de realização, embora não possibilitem aferir diretamente a aprendizagem dos participantes ou a efetividade das ações.

Estudos futuros podem partir dos achados desta pesquisa para aprofundar a compreensão das relações entre oferta, participação e experiências educativas, articulando a análise documental a entrevistas e observações. A incorporação das perspectivas dos usuários, dos responsáveis e dos profissionais poderá complementar a interpretação desenvolvida, especialmente quanto às dificuldades vivenciadas e aos sentidos atribuídos às atividades. Comparações com outras OSCs também poderão examinar como as particularidades dos territórios, as condições de financiamento e a articulação com as redes de proteção social se relacionam às possibilidades de manutenção das práticas de educação não formal e de participação dos sujeitos.

Referências

ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 936–951, jul. 2020. DOI: 10.1590/0034-761220200199. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220200199.

ATALIBA, P. M. **Educação não formal em tempos da pandemia de COVID-19: um estudo de caso sobre as ações desenvolvidas pelo Instituto Geração da Hora no Rio de Janeiro/RJ**. 2024. f. 121. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro. Disponível em: https://dissertacao.estacio.br/educacao/2024/PATRICK%20MUNIZ%20ATALIBA%202024.pdf.

ATALIBA, P. M.; LIMA, J. C. P. O papel da equipe multidisciplinar do Instituto Geração da Hora (IGH) nas ações de educação não formal: aprendizados na pandemia. **Olhares & Trilhas**, [Uberlândia], v. 27, n. 1, p. 1–19, 2025. DOI: 10.14393/OT2025v27.n.1.76261. Disponível em: https://doi.org/10.14393/OT2025v27.n.1.76261.

BRASIL. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. [*S. l.: s. n.*], 2011. Diário Oficial da União:

seção 1, Brasília, DF, p. 1, 7 jul. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999**. [*S. l.: s. n.*], 2014. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1 ago. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. [*S. l.: s. n.*], 1993. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 18769, 8 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. [*S. l.: s. n.*], 1996. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. [*S. l.: s. n.*], 2016. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view.

CELLARD, A. A análise documental. *In:* POUPART, J. et al. (ed.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295–316.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOHN, M. d. G. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, M. d. G. Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 7, p. 9–20, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3259.

GOHN, M. d. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28–43, 2009. DOI: 10.22347/2175-2753v1i1.1. Disponível em: https://doi.org/10.22347/2175-2753v1i1.1.

GOHN, M. d. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GRANDSTAFF, M. A educação não formal como conceito. **Perspectivas: revista trimestral de educação**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 184–189, 1978.

INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA. **Ata da Assembleia Extraordinária**. [Rio de Janeiro]: IGH, 2007. Disponível em: https://www.geracaodahora.org.br/principais_documentos.htm.

INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA. **Ata da Assembleia Extraordinária e Estatuto Social Consolidado**. [Rio de Janeiro]: IGH, 2022. Disponível em: https://www.geracaodahora.org.br/principais_documentos.htm.

INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA. **Ata de fundação e estatuto social**. [Rio de Janeiro]: IGH, 2005. Disponível em: https://www.geracaodahora.org.br/principais_documentos.htm.

INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA. **O Instituto: missão, valores, parceiros**. [Rio de Janeiro]: IGH, 2022. Disponível em: https://www.geracaodahora.org.br.

INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA. **Relatórios do cumprimento do objeto – 2020**. [Rio de Janeiro]: IGH, 2020. Documentos institucionais.

INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA. **Relatórios do cumprimento do objeto – 2021**. [Rio de Janeiro]: IGH, 2021. Documentos institucionais.

INSTITUTO GERAÇÃO DA HORA. **Relatórios do cumprimento do objeto – 2022**. [Rio de Janeiro]: IGH, 2022. Documentos institucionais.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, n. 1, p. 55–66, 2008. DOI: 10.14393/REE-v7n12008-20390. Disponível em: https://doi.org/10.14393/REE-v7n12008-20390.

LANDIM, L. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível**. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/V5T00001.pdf.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA NETO, F. **Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/f4a7af1f-b9c0-4684-90bc-84f45bd3f29e/download.

MEDEIROS, R. S. A autonomia revisitada: marcos históricos nos padrões de relacionamento entre as ONGs e o Estado no Brasil. *In:* REIS, E. P. (org.). **ONGs: novos vínculos entre a sociedade e o Estado**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 223–280.

MONTAÑO, C. (org.). **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor"**. São Paulo: Cortez, 2014.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, C. M.; TEIXEIRA, K. K. R.; SOUZA, M. C. R. F.; CAMPOS, R. B. F. Cenários da educação brasileira no contexto da pandemia da COVID-19: revisão sistemática de literatura. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 24, n. 3, p. 3–25, set./dez. 2021. DOI: 10.4025/tpe.v24i3.59091. Disponível em: https://doi.org/10.4025/tpe.v24i3.59091.

SANTOS, B. d. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SCHWARZ, L.; ACCO, M. A. Uma burocracia ativista? A percepção dos agentes públicos do governo federal e o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 7, n. 15, p. 157–189, 2019. DOI: 10.20336/rbs.443. Disponível em: https://doi.org/10.20336/rbs.443.

SIMÃO, S. M. Educação não formal, ensino de arte e comunidade: experiências voltadas ao enraizamento. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 42, n. 116, p. 51–60, jan. 2022. DOI: 10.1590/CC251936. Disponível em: https://doi.org/10.1590/CC251936.

TRILLA, J.; GHANEM, E. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008. Organização de Valéria Amorim Arantes.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TVEDT, T. Development NGOs: actors in a global civil society or in a new international social system? **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 363–375, 2002. DOI: 10.1023/A:1022010026305. Disponível em: https://doi.org/10.1023/A:1022010026305.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZACHARIADHES, G. C. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS**. 2. ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 221. E-book. DOI: 10.7476/9788523208929. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788523208929.